Owl Auditores Independentes

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

Relatório dos Auditores Independentes sobre o
Exame das Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2019

Owl Auditores Independentes

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019

Índice

	Páginas
Relatório dos Auditores Independentes.....	3 a 5
Quadro 1 – Balanço Patrimonial.....	6
Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Período.....	7
Quadro 3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Quadro 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Quadro 5 – Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11 a 36

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PA.OWL - 014/2020

À Diretoria Executiva do
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL – IEB** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 – R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório, datado de 04 de julho de 2019, foi emitido sem opinião modificada.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros

(ITG 2002 – R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 11 de novembro de 2020

CRC/DF 002803/O-1

JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO:27103722153

Assinado de forma digital por JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO:27103722153
Dados: 2020.11.16 18:09:41 -03'00'

Contador
CRC 009386/O-1

QUADRO 1

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	**5**		
Disponibilidades com restrição		11.756	9.031
Disponibilidades sem restrição		459	468
		12.215	**9.499**
Créditos diversos		379	173
TOTAL DO CIRCULANTE		**12.594**	**9.672**
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3	3
Imobilizado com restrição	**6b**	22	22
(-) Redutora de bens de projeto		(22)	(22)
Imobilizado sem restrição	**6a**	64	97
Intangível	**6c**	-	-
		67	**100**
TOTAL DO ATIVO		**12.661**	**9.772**

PASSIVO		2019	2018
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	**7a**	422	323
Contas a pagar	**7b**	49	575
Recursos de Projetos	**7c**	11.986	8.820
		12.457	**9.718**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**		
Patrimônio social	**8a**	54	236
Ajustes de exercícios anteriores		3	2
Superávit (déficit) do período	**8b**	147	(184)
		204	**54**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.661**	**9.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018
(Em milhares de Reais)

RECEITAS	Nota	2019	2018
Com Restrição			
Recursos de projetos	**9**	23.258	20.984
Rendimentos de aplicação financeira		165	375
		23.423	**21.359**
Sem Restrição			
Recursos de overhead	**10**	442	-
Receitas de prestação de Serviços		310	289
Fundo de publicações		62	32
Receitas financeiras		6	4
Outras receitas		135	279
Recursos de projetos		-	136
		955	**740**
Total de receitas		**24.378**	**22.099**
Custos e despesas operacionais			
Com programas (atividades)			
Salários e benefícios	**11.1**	(5.366)	(4.768)
Consultorias e serviços	**11.2**	(373)	(439)
Despesas com viagens	**11.3**	(3.023)	(3.321)
Despesas com programas	**11.4**	(13.965)	(12.174)
Despesas com ocupação		(235)	(241)
Despesas com utilidades e serviços		(186)	(185)
Despesas administrativas		(207)	(167)
Despesas financeiras		(68)	(64)
		(23.423)	**(21.359)**
Despesas operacionais			
Administrativas			
Salários e benefícios	**12.1**	(448)	(453)
Consultorias e serviços		(206)	(158)
Despesas com viagens		(16)	(139)
Despesas com ocupação		(17)	(8)
Despesas com utilidades e serviços		(15)	(17)
Despesas administrativas		(11)	(72)
Despesas financeiras		(58)	(27)
Depreciação e amortização		(37)	(50)
		(808)	**(924)**
Superávit (déficit) do exercício		**147**	**(184)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2017	**583**	**(347)**	**236**
Incorporação ao patrimônio social	(347)	347	-
Ajustes do exercício	2	-	2
Déficit do exercício	-	(184)	(184)
Saldos em 31/12/2018	**238**	**(184)**	**54**
Incorporação ao patrimônio social	(184)	184	-
Ajustes do exercício	3	-	3
Superávit do exercício	-	147	147
Saldos em 31/12/2019	**57**	**147**	**204**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	147	(184)
(+) Depreciação/amortização do período	37	50
(+) Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	3	2
	187	**(132)**
Variação de ativos e passivos		
Redução/Aumento das contas a receber	(206)	(44)
Redução/Aumento das contas a pagar	2.739	4.688
	2.533	**4.644**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.720**	**4.512**
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado	(4)	(1)
Adições ao intagível	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(4)**	**(1)**
III - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	**2.716**	**4.511**
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	9.499	4.988
Final do exercício	12.215	9.499
V- REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	**2.716**	**4.511**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
1- Receitas	**24.208**	**21.720**
1.1. Doações recebidas	23.258	21.120
1.2. Outras receitas	950	600
2- Insumos Adquiridos de Terceiros	**21.449**	**19.461**
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21.449	19.461
3- Valor Adicionado Bruto (1-2)	**2.759**	**2.259**
4- Depreciação e Amortização	**37**	**50**
4.1. Depreciação e amortização	37	50
5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**2.722**	**2.209**
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	**171**	**380**
6.1. Receitas financeiras	171	380
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	**2.893**	**2.589**
II - VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	**2.893**	**2.589**
III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8- Distribuição do Valor Adicionado		
8.1. Pessoal	**1.996**	**2.067**
8.1.1. Remuneração direta	1.391	1.417
8.1.2. Benefícios	455	442
8.1.3. FGTS	138	155
8.1.4. Indenizações trabalhistas	12	53
8.2. Impostos, Taxas e Contribuições	**445**	**398**
8.2.1. Previdência Social	358	351
8.2.2. PIS	14	14
8.2.3. Impostos e Taxas Municipais	73	33
8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros	**305**	**308**
8.3.1. Juros, despesas bancárias e multas	54	58
8.3.2. Aluguel	251	250
8.4. Déficit (Superávit) do Exercício	**147**	**(184)**
IV - TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**2.893**	**2.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Através de capacitação, treinamentos, disseminação de conhecimentos o IEB tem ajudado na formação de toda uma geração de pessoas. Estes treinamentos são feitos em áreas como conservação ambiental e gestão territorial, agricultura familiar, economia ambiental, direitos ambientais e fundiários, manejo dos recursos naturais e sustentabilidade, desenvolvimento humano e social, produção e difusão do conhecimento, e capacitação para populações tradicionais e indígenas.

A atuação do IEB é ampla, abarcando todo o território nacional, em seus diversos biomas, destacando-se como público beneficiário as comunidades locais em seus diversos modos de vida: ribeirinhos, extrativistas, assentados da reforma agrária e povos indígenas, e também técnicos, gestores, pesquisadores e estudantes da área socioambiental, dos setores privado, público e do terceiro setor.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da governabilidade dos mesmos; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar esses riscos através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação que tiveram implementação em 2019 ou estavam aprovados na data de 31 de dezembro de 2019 são:

a) MOORE Contrato 2078.03 (extensão de 18 meses) - Conservação do Mosaico Madeira (cerca de 7 milhões de hectares), desenvolvendo um plano de ação participativa e integrada de suas áreas protegidas

Em julho 2017 a Fundação Moore aprovou a extensão do projeto para um período de 18 meses, entre julho 2017 e dezembro 2018 para promover plano de manejo integrado do mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Sul do Amazonas, com MMA e Funai, para que organizações locais e órgãos gestores de Tis e UCs fiquem sensibilizados, informados e tenham participação ativa do debate

público sobre os impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura e de seu papel no processo de licenciamento dos empreendimentos.

As atividades do projeto iniciaram em julho de 2017 com previsão de término em dezembro de 2018. A Implementação no ano 2017 esteve no patamar de R$ 670 mil, no ano 2018 em R$ 1.682 mil. Em dezembro 2018 foi aprovado extensão sem custo até junho 2019. O contrato foi assinado no valor de R$ 2.697 mil, desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2017	1.599
2018	1.098
Total	**2.697**

Os valores executados em 2019 e 2018 estão apresentados na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Equipe	207	537
Consultorias	-	82
Pequenos Apoios	39	61
Custos diretos	100	870
Equipamentos	9	7
Custo Indireto	32	125
Total	**387**	**1.682**

b) CLUA (aditivo3) - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Pará

O projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade local de líderes e organizações comunitárias para implementar planos de gestão em terras comunitárias críticas na Amazônia. Visa desenvolver um observatório florestal comunitário para monitorar políticas, capacidade e acordos comerciais com comunidades do Estado do Pará. O contrato foi assinado no valor total de USD 249,950 mil, os quais convertidos em reais somaram R$ 899 mil. O projeto teve novo aditivo em maio de 2018 com previsão de encerramento em abril de 2019.

A execução nos anos de 2019 e 2018 é apresentada na tabela abaixo, tendo ocorrido uma extensão *non-cost* até agosto de 2019:

Descrição	2019	2018
Equipe	140	147
Consultoria e Serviços	121	32
Viagens e Seminários	214	97
Custos Diretos	30	8
Custos Indiretos	29	85
Total	**534**	**369**

c) PORTICUS 3 - Contrato 160821 - Fortalecimento da Educação do Campo no Amapá como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na Amazônia

O projeto é desenvolvido pelo IEB em parceria com a Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (RAEFAP) e 04 Escolas Famílias (EFAs) no Estado do Amapá, tem como objetivo contribuir para que as EFAs se apropriem de uma visão estratégica na qual exerçam um protagonismo frente aos processos locais de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento da educação do campo. Tem como público beneficiário cerca de 920 agricultores e agricultoras familiares relacionados à Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP), Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (EFAPEN), Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM) e Escola Família Agroextrativista de Carvão (EFAC), moradores dos municípios de Macapá, Mazagão, Itaubal e Pedra Branca do Amapari.

As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2017 e foram finalizadas em novembro de 2018. O contrato foi assinado no valor total de R$ 646 mil e implementação do ano 2018 está demonstrada no resumo abaixo:

Descrição	Valor
Pessoal	209
Consultorias	9
Despesas de Campo	51
Outros Custos Diretos	126
Despesa Administrativa IEB-PORT3	71
Despesa Administrativa Raeffap-PORT3	115
Serviço Contador Raeffap-PORT3	39
Total	**621**

d) PORTICUS 4 - Contrato 160821 - Educação e Sustentabilidade: fortalecendo as estratégias de reprodução da agricultura familiar e dos extrativistas em territórios do entorno de EFAs no Amapá

O projeto Educação e Sustentabilidade: fortalecendo as estratégias de reprodução da agricultura familiar e dos extrativistas em territórios do entorno de EFAs no Amapá, será desenvolvido pelo IEB em parceria com a Associação da Escola Família Agroecológica do Macacoari (AEFAM), localizada no Município de Itaubal e com a Associação da Escola Família Agroextrativista do Carvão (AEFAC), localizada no Município de Mazagão, ambas no Estado do Amapá. Possui como objetivo geral contribuir para que as associações das EFAS, organizações parceiras e famílias de seu entorno constituam-se enquanto sujeitos protagonistas na implantação de uma estratégia de desenvolvimento territorial com base na potencialização da cadeia produtiva do açaí. O público beneficiário da presente proposta envolve aproximadamente 1.000,00 pessoas, integrantes de famílias de agricultores e agricultoras familiares vinculados as duas Escolas Família.

As principais atividades estão relacionadas a processos de fortalecimento institucional das organizações sociais com vistas ao desenvolvimento da economia comunitária, tendo como base a cadeia de valor do açaí, as ações têm foco no fortalecimento do capital social, político e produtivo no território de incidência das Associações das escolas, de modo a garantir a existência sustentável no território.

As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2018 e serão finalizadas em novembro de 2019. O contrato foi assinado no montante de R$ 746 mil e será desembolsado a partir do ano de 2019.

Despesas de 2019 estão resumidas na tabela abaixo:

Descrição	Valor R$ mil
Pessoal	257
Consultorias	83
Despesas de Campo	50
Outros Custos Diretos	6
Despesa Administrativa IEB-PORT3	88
Consultoria Esp - EFAC-Port4	16
Fundo de Apoio- EFAC-Port4	202
Despesa Administrativa EFAC-PORT4	28
Fortalecimento Organizacional EFAM	63
Serviço Contador EFAC-PORT4	8
Total	**801**

e) ALCOA - Projeto Saber é Poder!

Em final de 2017 o IEB recebeu convite do Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e do Instituto ALCOA para estruturar e implementar a primeira etapa de um programa de formação destinado a lideranças no território. Com isso, foi concebido um projeto para a Escola de Sustentabilidade de Juruti/PA (ESJ). A ESJ visa o investimento em conhecimentos, habilidades e atitudes sobre empreendedorismo, sustentabilidade e liderança.

A principal questão social a ser trabalhada pela ESJ é o fortalecimento de capital humano local, a partir de uma escola livre que contribuirá com o desenvolvimento sustentável do município, através da oferta de cursos cuja finalidade será promover o empoderamento de líderes sociais dinamizadores, nos territórios locais. O contexto no qual as ações estão inseridas é no município de Juruti, localizado na região do Baixo-Amazonas, estado do Pará, o qual possui um grande projeto de mineração de bauxita instalado a uma década.

Contrato assinado em janeiro de 2017 com estimativa de encerramento em setembro de 2019, com orçamento de R$ 450 mil, desembolsados conforme a tabela a seguir:

Ano	Valor R$ mil
2018	300
2019	150
Total	**450**

A execução das despesas em 2019 e 2018 está apresentada na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Coordenador do Projeto	31	50
Coordenador Pedagógico	56	64
Consultor Sênior	30	20
Apoio Administrativo e Logístico	10	19
Transporte Aéreo BLM-STM-BLM	23	29
Transporte Fluvial STM-JUR-STM	2	1
Alimentação	8	4
Hospedagem	7	7
Seminários, Reuniões e Eventos	59	19
Material Didático e de consumo	10	0
Total	**237**	**213**

f) IJUS- Projeto Saber é Poder!

Em final de 2017 o IEB recebeu convite do Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e do Instituto ALCOA para estruturar e implementar a primeira etapa de um programa de formação destinado a lideranças no território. Com isso, foi concebido um projeto para a Escola de Sustentabilidade de Juruti/PA (ESJ). A ESJ visa o investimento em conhecimentos, habilidades e atitudes sobre empreendedorismo, sustentabilidade e liderança. A principal questão social a ser trabalhada pela ESJ é o fortalecimento de capital humano local, a partir de uma escola livre que contribuirá com o desenvolvimento sustentável do município, através da oferta de cursos cuja finalidade será promover o empoderamento de líderes sociais dinamizadores, nos territórios locais. O contexto no qual as ações estão inseridas é no município de Juruti, localizado na região do Baixo-Amazonas, estado do Pará, o qual possui um grande projeto de mineração de bauxita instalado a uma década.

Contrato foi assinado em janeiro de 2017 com orçamento de R$ 100 mil, desembolsados em 2018 e estimativa de encerramento em julho de 2019.

Os valores executados em 2019 e 2018 são apresentados a seguir:

Descrição	2019	2018
Coordenador Pedagógico-IJUS	28	24
Consultor Sênior-IJUS	8	18
Apoio Administrativo e Logístico-IJUS	5	2
Material de Consumo, Seminários, Reuniões e Eventos-IJUS	8	7
Total	**49**	**51**

g) MPF/HAIDAR - Gestão dos recursos financeiros da indenização a famílias afetadas pelo desastre ambiental provocado pelo naufrágio do Navio Haidar, em Barcarena, Pará

A ação tem como objetivo realizar a gestão dos recursos financeiros referente ao Acordo Judicial n. 1003217-76.2018.4.01.3900 (https://pje1g.trf1.jus.br), mediante Termo de Cooperação firmado entre o IEB e os órgãos como a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Pará, o Ministério Público

do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, o Município de Barcarena, a Procuradoria da União e a Procuradoria do Estado do Pará, o IEB é responsável pela gestão do montante financeiro superior a R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).
O naufrágio ocorreu em outubro 2015 no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena, causando a morte de 5 mil bois vivos que estavam no navio e o vazamento de quase 700 toneladas de óleo combustível que se espalhou por praias e igarapés da região, deixando mau cheiro e risco de contaminação destes recursos hídricos da região.

Essa ação também contempla as seguintes atividades: mobilização e interlocução com lideranças locais de mais de 50 comunidades nos municípios de Abaetetuba e Barcarena; divulgação de informações às famílias afetadas; atendimento individual para o cadastro de dados pessoais e bancários de quase 7 mil famílias, com posterior pagamento de suas indenizações. Período de vigência de 06/02/2018 a 04/2019.

Os desembolsos do MPF Haidar somam R$ 12.471 mil e a execução das despesas está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Repasses as Famílias Atingidas - Haidar Barcarena	6.893	8
Logística de campo	14	0
Taxas Adm. - Tac Haidar	252	0
Total	**7.159**	**8**

h) IMAZON - Estruturação e implantação de um programa de formação inicial e continuada (FIC) em restauração florestal na Amazônia)

O foco da atuação do IEB no projeto Floresta para Sempre desenvolvido pelo IMAZON nos municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis e Capitão Poço é na estruturação e implementação do Programa de Formação Continuada em Restauração Florestal: Formar Restauração. Trata-se de um programa direcionado a lideranças e técnicos com atuação voltada à agricultura familiar. O projeto, que recebe apoio financeiro do Fundo Amazônia, iniciou em junho de 2018 e tem prazo de duração de 36 meses.
O contrato foi firmado no valor de R$ 750 mil com desembolsos realizados em 2018 no somatório de R$ 263 mil.

As despesas dos anos 2019 e 2018 estão apresentadas na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Consultoria longo prazo	250	0
Despesas com viagens	2	0
Consumo longo prazo	2	97
Despesas diversas	1	1
Total	**255**	**98**

i) NORSK HYDRO BRASIL Ltda. Contrato No. 4600006398 – Assessoria para as atividades desenvolvidas pelo Fórum Intersetorial de Barcarena (FIB)

O contrato incluindo os serviços discriminados no Regimento interno do FB entra em vigor em julho 2017 e tem prazo de 24 meses. O valor estimado do contrato é de R$ 436.189.

Os valores desembolsados estão apresentados na tabela abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2017	40
2018	148
2019	162
Total	**350**

j) CEF-FSA – Mulheres Marajoaras: Inclusão produtiva e sustentabilidade

O projeto tem como objetivo o fortalecimento de experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável, de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres, o que potencializa a diversificação produtiva da agricultura familiar, na medida em que estimula a descoberta de novos produtos e de novos usos dos produtos e costumes alimentares das comunidades tradicionais. Esta visão remete diretamente a uma situação na qual se fortalece a defesa e uso do território pelas populações que lá vivem, e à contribuição para a segurança alimentar.

As atividades do Projeto iniciaram em dezembro de 2017 e serão finalizadas em agosto de 2019. O contrato foi assinado no valor total de R$ 200 mil, e os valores desembolsados estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2017	50
2018	150
Total	**200**

k) USFS – Acordo número 17-IG-11132762-075

O acordo SF-270_IEB 17-IG-11132762 e aditivos aprovados pelo Serviço Florestal, conforme valores apresentados na tabela abaixo, foram auditados sobre as demonstrações do período de 2016 até 2019. O relatório de auditoria está disponível através do link: www.IEB.org.br

Contrato	US$	Período
SF-270_IEB 17-IG-11132762-075	96.012	Nov/2016 a Set/2017
Mod 1	378.809	Abril 2017 - Agosto 2018
Mod 2	585.048	Maio 2018 - Maio 2019
Mod 3	165.623	a partir de maio 2019
Mod 4	269.183	maio 2019 a maio 2020
Total	**1.494.675**	

l) GIZ – GITEC – Prestação de Serviços de Consultoria para os projetos: "Direito Fundiário na Amazônia - Terra Legal" No. 81202542 e "Cadastro Ambiental Rural – Gestão de Terras e Ambiente "no. 8120797

A duração do contrato é de 38 meses, iniciando-se em 01/01/2017 até 29/02/2020, os recursos previstos somam $ 225.000 em EUR. Em 2018 projeto recebeu aditivo de Euros $ 12,760. Os desembolsos previstos estão como na tabela abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2017	337
2018	433
2019	425
Total	**1.195**

m) Nature and Culture International (NCI)

Sistemas de drenagens altamente importantes para aumentar a cobertura da área protegida e de reservas públicas e privadas para a diversidade biológica e cultural nas áreas rurais do Brasil - HIDDRA-Br. O projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento, e implementação de Áreas Protegidas em ecossistemas-chave, ao mesmo tempo aumenta os meios de subsistência locais no Brasil "rural".

Os fundos do NCI são para apoiar atividades e outras organizações que promovem a criação de áreas protegidas e outras atividades que facilitam sua existência, isso se refere a incentivos econômicos, marcos legais, envolvimento da comunidade, planos de manejo, conscientização pública e capacitação, nos principais ecossistemas brasileiros e nas principais bacias hidrográficas. As atividades do projeto iniciaram em fevereiro de 2016.

O contrato foi assinado no valor de R$ 2.134 mil para 3 anos de projeto. Em 2018 foi assinado novo termo para implementação de US 150,000 (centro e cinquenta mil dólares). Em 31 de dezembro de 2018 o saldo conciliado do projeto NCI era de R$ 279 mil. Em 2019 foi assinado novo termo para implementação de US 69,970 (sessenta e nove mil novecentos e setenta dólares). Os recursos previstos no contrato foram desembolsados como na tabela abaixo:

Ano	Valor R$ mil
2016	1.032
2017	1.155
2018	191
2019	273
Total	**2.651**

As despesas podem ser resumidas conforme tabela abaixo:

Rubricas Projeto NCI	2017	2018	2019	Total
Assistente Admin-NCI	16	27	13	56
Bioma Consultoria-NCI	66	48	0	114
CIR-NCI	95	72	48	215
Comunicação-Divulgação-NCI	10	18	9	37
Despesas bancárias-NCI	1	1	1	3
Despesas de telefone-NCI	0	0	0	0
Diárias-NCI	1	0	4	5
Fundação Mais Cerrado-NCI	33	8	0	41
Hospedagem-NCI	6	2	0	8
IHP-NCI	40	14	0	54
Infraestrutura Institucional-NCI	23	21	6	50
Instituto Cerrado Socioambiental-NCI	15	10	21	46
Materiais de reforma e construção-NCI	1	0	0	1
Mudança IEB-NCI	5	0	0	5
Neotropica-NCI	119	0	29	148
Outras despesas de viagem-NCI	41	37	11	89
Passagem aérea-NCI	33	14	9	56
Reinaldo Lourival-NCI	234	247	132	613
Reserva da Biosfera do Cerrado-NCI	0	26	0	26
Taxa Administrativa-NCI	119	0	0	119
Terra Brasilis-NCI	40	0	0	40
UCs Pantanal-NCI	0	4	0	4
Total	**898**	**549**	**283**	**1.730**

n) CI - CEPF- Critical Ecosystem Partnership Fund - Equipe de Implementação Regional – Projeto Cerrado – Código 66262

Para apoiar a implementação de investimento do Fundo de Parceria de Ecossistemas Críticos (CEPF) de US $ 8 milhões entre 2016 e 2021, bem como contribuir para a mobilização de outros fundos e o envolvimento de outras partes interessadas na integração de preocupações ecológicas e sociais sobre o Ponto Cerrado Políticas públicas e práticas privadas.

O Hotspot do Cerrado, que cobre mais de 2 milhões de km2 no centro do Brasil e pequenas partes da Bolívia e Paraguai, é o terceiro maior entre um total de 35 pontos hotspots globais. Além de ser uma das regiões de savana tropical biologicamente mais ricas do mundo, ela também tem grande importância tanto para a segurança regional da água como para as emissões de carbono. As águas superficiais e as chuvas em grande parte da América do Sul dependem do Cerrado. As taxas anuais de desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa são mais altas do que na Amazônia. Muitas comunidades dependem de seus recursos naturais e compartilham o conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

O CEPF é uma iniciativa de financiamento colaborativo da Agence Française de Développement (AFD), Conservation International (CI), União Européia (UE), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Governo do Japão, John D. e Catherine T. MacArthur Foundation e Banco Mundial. O objetivo é a

conservação das áreas mais ameaçadas de biodiversidade da Terra. O contrato da equipe de implementação do Cerrado está aprovado no valor de US 1,000.00 para o período 2016 até 2021. O contrato dos pequenos apoios está estimado em US 890,000.

Valor dos pequenos apoios e recurso da equipe de implementação estão assim projetados:

Ano	Valor R$ mil
2016	1.132
2017	613
2018	579
2019	2.247
2020	1.213
2021	1.200
Total	**6.984**

Despesas do CEPF-RIT e *Small* Grant para os anos de 2018 e 2019 estão informadas na tabela abaixo:

Resumo Despesas-CEPF RIT E SG-2018	2019	2018
Salaries/Benefits	460	442
Professional Services	113	105
Rent and Storage	10	4
Telecommunications	3	1
Supplies	1	4
Furniture and Equipment	-	-
Travel	36	38
Meetings and Special Events	73	2
Miscellaneous	2	6
Sub-Grants	936	602
Management Support Costs	69	55
Total	**1.703**	**1.259**

o) Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas;

Contrato BNDES No. 5.799.715.0001 no valor total até R$ 11.448 mil e prazo de 42 meses; Comunidades indígenas apurinãs das TIs da Bacia do Rio Purus e comunidades Kagwahiwa da Bacia do Rio Madeira, situadas ao Sul do Amazonas. O projeto compreende atividades em oito Terras Indígenas, envolvendo, no total, 1.095169 ha e 2.179 habitantes. O objetivo é apoiar (i) a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental no Sul do Amazonas, nas Bacias dos Rios Purus e Madeira, e a (ii) elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígena na Bacia do Rio Madeira no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

No ano de 2017 foram realizadas ações de fortalecimento das associações indígenas por meio de reuniões, investimento em infraestrutura (computador, embarcações, GPS, etc.), cursos de formação em proteção territorial, elaboração de diagnósticos do potencial da produção agroextrativista, pesquisa de mercado e rotas de escoamento da produção, assistência técnica e extensão rural (ATER), monitoramento do avanço do desmatamento nas terras indígenas. No tocante à gestão do projeto foi

realizado um seminário para a formação da equipe de campo contratada com o objetivo de apresentar as abordagens metodológicas utilizadas pelo IEB, políticas e procedimentos administrativos financeiros, além de princípios básicos da atuação indigenista. A execução das atividades ocorreu, principalmente, a partir de fevereiro quando houve o primeiro desembolso de recursos.

A Receita desembolsada até 2019 está apresentada na tabela abaixo:

Data	Valor - R$ mil
14/02/2017	2.298
22/12/2017	2.258
28/11/2018	2.206
25/10/2019	3.577
Total	**10.339**

As despesas do BNDES até o ano de 2019 estão consolidadas conforme tabela abaixo:

Rubricas do projeto-despesas	2017	2018	2019	Total
Ajuda de custo & Alimentação	333	236	297	866
Transporte (barco, veículos)	53	69	80	202
Equipe	819	989	982	2.790
Auditorias FAM	0	22	34	56
Barco	515	7	11	533
Caixa de Som FAM	0	13	0	13
Colete Salva vidas FAM	4	0	0	4
Combustível FAM	52	70	79	201
Computadores FAM	55	42	0	97
Comunicação FAM	55	65	61	181
Construção FAM	0	9	35	44
Consultoria FAM	96	130	103	329
Contabilidade FAM	69	74	75	218
Data Show FAM	0	15	0	15
Despesas bancárias	1	1	0	2
Equipamentos e outros bens FAM	0	0	4	4
Gerador FAM	0	71	0	71
GPS+HD+No break	8	2	0	10
Hospedagem	187	159	138	484
Kit+Materiais	52	80	170	302
Manutenção	0	25	31	56
Mesa secagem	0	18	7	25
Passagem aérea	160	90	96	346
Serviços	22	53	24	99
Sistema Internet	0	44	65	109
Smartfones	1	0	12	13
Telefonia	8	35	19	62
Taxi	47	51	38	136
Transporte (barco, veículos)	29	12	11	52
Viagem	93	113	91	297
Total	**2.659**	**2.495**	**2.462**	**7.616**

No ano de 2018 foram realizadas duas reuniões com 6 associações indígenas para Avaliação, Monitoramento, Planejamento e Sistematização das atividades para acompanhamento de cada associação. Infraestrutura das associações com planos de comunicação e aquisição de embarcações. Ações de controle e proteção ambiental com formação continuada em proteção e excursões de vigilância. Ações de gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos. Assistência técnica e extensão rural (ATER) indígena e formação continuada de 70 agentes ambientais em boas práticas de manejo e comercialização de produtos do sócio biodiversidade. Infraestrutura de boas práticas de manejo de produtos indígenas nas Terras Indígenas Km 124, Boca do Acre, Inari/Água Preta e Caititu [25 mesas de secagem artesanais na TI Caititu, 3 barracões de armazenamento de castanha (TIs Água Preta/Inari, KM 124 e Boca do Acre) e kit de equipamentos para produção e beneficiamento de artesanato indígena (nas 4 TIs)] . E a III excursão de Diagnóstico de etnomapeamento da TI tenharim do Igarapé Preto e 1 Oficina de redação participativa do etnomapeamento da TI Tenharim do Igarapé Preto.

No ano de 2019 foram realizadas duas reuniões com 6 associações indígenas para Avaliação, Monitoramento, Planejamento e Sistematização das atividades para acompanhamento de cada associação. Manutenção nos motores das embarcações adquiridas pelo projeto e aquisição de motocultivadores e roçadeiras para as terras indígenas. Ações de proteção e excursões de vigilância. Ações de mutirões para implantação de sistemas agroflorestais, viveiros de mudas e mapeamento de castanhais. Assistência técnica e extensão rural (ATER) indígena para coleta de castanha e açaí, plantio de hortas comunitárias e formação continuada de 70 agentes ambientais em boas práticas de manejo e comercialização de produtos da sociobiodiversidade. Oficinas de artesanato indígena. Instalação de equipamentos para monitoramento georreferenciado dos territórios nas associações indígenas e formação em ferramentas em SIG, e a oficina de construção do planejamento participativo da TI tenharim do Igarapé Preto.

O relatório financeiro está de acordo com as condições do referido contrato. Os fundos disponibilizados foram gastos conforme o estipulado no contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável nº 16.2.0654.1 e no orçamento aprovado pelo BNDES/FAM e foram lançados na conta específica do projeto. Os relatórios financeiros mostram as despesas classificadas segundo as atividades e rubricas do orçamento, conforme o modelo requerido.

A contabilidade está preparada de acordo com o regime de competência. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registro (por exemplo, balancete, contas da razão geral e respectivas subcontas etc.). As despesas do relatório financeiro foram realizadas ("realidade"), estão certas ("exatidão") e são elegíveis.

p) Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas - Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Recursos da USAID

O objetivo geral do projeto é implementar a PNGATI em suas múltiplas dimensões, com organizações indígenas fortalecidas, juntamente com os seus parceiros governamentais e da sociedade civil. Compreende um Programa de Pequenos Projetos para implementação da PNGATI na região, em parceria com associações indígenas locais. Os projetos permitirão a essas organizações indígenas avançar com o difícil processo de implementação da PNGATI em cada um dos seus sete focos temáticos.

O projeto também tem um componente de apoio a gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação, apoio a cadeias produtivas e implementação de ações previstas em Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA`s).

O projeto USAID PNGATI foi auditado no Ano 1, Ano 2 e Ano 3 de implementação. Os valores implementados foram de R$ 3.170 mil (2017) e de R$ 3.028 mil (2018), e de R$ 2.759 (2019) respectivamente
Os relatórios de auditoria dos anos 2017, 2018 e 2019 foram aprovados pela USAID. As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2016.

Os desembolsos somam os valores a seguir:

Ano	Valor em R$
2016	360
2017	2.816
2018	3.133
2019	2.886
Total	**9.195**

Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 teve aprovação do 6º termo aditivo em 15 de janeiro de 2020 para extensão de 2 anos e valor aprovado de US 4,669,284.

q) Projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR – O objeto do contrato é a implementação conjunta (consórcio GFA/IEB/Serfal) do projeto Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado com recursos da Comunidade Europeia

O objeto deste contrato é a implementação conjunta do projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR: Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado pela Comissão Europeia. O valor máximo do contrato é de 2,958,880 EUR com duração de 48 meses.

As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2017. Os desembolsos podem estar previstos como a seguir:

Ano	Valor - R$ mil
2017	11
2018	623
2019	377
2020	1.370
2021	1.700
Total	**4.081**

Resumo de despesas do ano de 2018 está apresentado na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Project Manager-GFA-IEB	115	100
Non Key Expert-GFA	75	214
Margin Costs-GFA-IEB	49	-
Administrative Assistant-GFA-IEB	15	66
Office supply-GFA-Bkacct	4	29
Phone+internet-GFA-Bkacct	2	2
Transport in Brasilia-GFA-Bkacct	1	2
Workshop and Meetings-GFA-Bkacct	1	1
Key Expert-Accommodation-GFA-Bkacct	-	5
Key Expert-Flight-GFA-Bkacct	-	24
Non Key Expert-Per diem-GFA-Bkacct	-	3
Non Key Expert-Flight GFA-Bkacct	-	15
Equipment-GFA-Bkacct	-	10
Flight IEB-GFA-IEB	-	1
Total	**262**	**472**

r) BMZ 2009 65 616 - Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas – 8 Milhões de Euros – Processo: 08620.000794/2017-72. Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos do KfW.

Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IEB. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a FUNAI e o IEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos não reembolsáveis do Governo Alemão por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento, KfW, com sede em Frankfurt am Main, Alemanha (KfW). O contrato foi assinado em 19 de dezembro de 2017 e os desembolsos incorridos no projeto no ano 2018 referente a primeira parcela foi no valor de R$ 223.799. O projeto não teve execução durante o ano 2019.

s) Contrato GIZ número 81230035 Projeto no. 13.2077.9-002.00

Para desenvolver o projeto Proteção e Gestão Sustentável de Terras Indígenas na Amazônia Legal Fortalecendo os Instrumentos de Governança e Instâncias da PNGATI. Este projeto de cooperação técnica em parceria com FUNAI e GIZ foi contratado em agosto/2018, tem validade até 31 de março 2020.

O objetivo é contribuir com o desenvolvimento organizacional do órgão indigenista federal e das instâncias de governança da PNGATI, por meio de formação e assessoria continuadas de atores chaves que compõem as instituições de governo e das organizações indígenas. Em 2018 foram realizadas 05 reuniões de planejamento e articulação com parceiros locais (FUNAI e organizações indígenas) e com a FUNAI (Diretoria de Gestão) para construir de forma participativa o programa de formação dos servidores e indígenas em planejamento estratégico. Foram definidas, nessas reuniões, os objetivos e conteúdos assim como a abordagem metodológica a ser utilizada no processo formativo.

Orçamento aprovado em Euros	Em euros $
1. Equipe	303
2. Peritos externos / consultor	78
3. Custos de Transporte / Viagem	54
'4. Custos de formação	86
5. Aquisição de bens	11
6. Outros custos / Consumíveis	4
5. Custos de Administração (12%)	64
Total	**600**

Os desembolsos estão previstos na tabela abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2018	827
2019	885
2020	510
Total	**2.222**

As despesas das ações desenvolvidas em 2019 e 2018 estão resumidas na tabela abaixo:

Despesas	2019	2018
1. Equipe	449	121
2. Peritos externos / consultor	35	6
3. Custos de Transporte / Viagem	12	19
4. Custos de formação	26	63
5. Aquisição de bens	0	39
6. Outros custos / Consumíveis	0	-
5. Custos de Administração (12%)	57	1
Total	**579**	**249**

s) Contrato RUMO/IEB

Para Implementação do Programa Continuado de Formação de Agentes Ambientais Indígenas Guarani aprovado em 2018, com previsão de 24 meses de duração e Orçamento conforme tabela abaixo:

Resumo do orçamento	Valor - R$ mil
Recursos Humanos	570
Equipamentos	76
Material de Consumo	3
Alimentação	127
Publicação	44
Logística	104
Subtotal	**924**
Taxas	49
Total	**973**

Os desembolsos previstos estão demonstrados na tabela abaixo:

Ano	Valor - R$ mil
2018	346
2019	626
Total	**972**

A implementação do projeto para o ano de 2019 e 2018 está resumida na tabela abaixo:

Resumo do orçamento	2019	2018
Coordenação Pedagógica-RUMO	19	67
Coordenador Técnico-RUMO	45	49
Facilitadores (indígenas e não indígenas) - RUMO	101	9
Computador/Celular-RUMO	1	50
Treinamento/materiais-RUMO	11	62
Alimentação	74	-
Passagens aéreas-RUMO	41	21
Deslocamento-RUMO	9	43
Locação de carro-RUMO	17	4
Gasolina-RUMO	5	3
Hospedagem-RUMO	11	21
Taxas-RUMO	24	10
Total	**358**	**339**

t) Acordo de Cooperação CA 72051219CA00001 para apoio ao Programa de Promoção do Bem-Estar dos Povos Indígenas de Roraima, Recursos da USAID para implementação no período de 28 de março de 2019 a 27 de março de 2021, valor aprovado de US 3,047,622.

O objetivo geral do projeto é a governança territorial efetiva e a gestão territorial indígena das Terras Indígenas em Roraima com cadeias pecuárias sustentáveis implementadas. A metodologia desenvolvida em parceria direta com o CIR é baseada na participação interativa em que os povos indígenas são participantes ativos em todas as fases do projeto, desde o diagnóstico inicial das necessidades, continuando com a elaboração da proposta e gestão do projeto e finalizando com um reflexivo processo de avaliação e planejamento futuro.

O objetivo geral do projeto é a efetiva governança territorial e gestão ambiental das Terras Indígenas em Roraima pelos povos indígenas, com cadeias de produção de gado sustentáveis. Quatro resultados principais apoiam a realização da meta do projeto:

1) A implantação efetiva da PNGATI ampliada em Roraima;
2) A renda da cadeia produtiva de gado sustentável em Terras Indígenas foi ampliada e beneficiou a comunidade em geral;
3) Expansão da capacitação e capacitação de indígenas para implantação da PNGATI em Roraima; e
4) Fortalecimento do Conselho Indígena de Roraima e ampliação dos conhecimentos e habilidades necessários para a governança territorial e gestão ambiental das Terras Indígenas de Roraima.

Valores implementados no ano de 2019 estão no patamar de R$ 2.158.000, sendo implementados pelo IEB o valor de R$ 894.000, pelo CIR o valor de R$ 658.000 e pelo NCI o valor de R$ 606.000,00. O projeto já passou pela auditoria da USAID

u) Projetos/Contratos Belém 2019

HYDRO/MAP - Mapeamento do Trabalho em Barcarena e Vila Nova

Contrato de prestação de serviço com o objetivo de realizar o Mapeamento e implementação de estratégia para auxílio de pessoas e grupos produtivos das comunidades de Vila Nova e Itupanema ao mercado de trabalho, emprego e renda no município de Barcarena.

IDEFLOR-Bio - Diagnóstico Socioambiental e Cadastramento das Famílias da Gleba Joana Peres II

Realizar o diagnóstico socioambiental e identificação de seus moradores, como primeiro passo para a definição de estratégias voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais a partir da perspectiva e das necessidades das próprias comunidades.

IFT - Fortalecimento organizacional nas Resexs do Marajó

Condução de processo participativo para o fortalecimento das organizações sociais e criação de cooperativas comunitárias em três Unidades de Conservação no Marajó/PA, sendo elas RESEX Mapuá, Arióca-Pruanã e Terra Grande Pracuúba.

HYDRO/CA - Comitê de Acompanhamento do TAC Hydro MPF em Barcarena

O projeto tem como objetivo contribuir para uma comunicação efetiva, transparente e clara a partir do CA do TAC, com a população de Barcarena e entorno.

CI - Curso sobre governança, mecanismos de participação e controle social em políticas públicas.

Serviços especializados para ministrar minicurso e palestra sobre governança, mecanismos de participação e controle social em políticas públicas aos membros do Fórum Amapaense de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (FAMCSA). Ministrar um minicurso para 30 pessoas com carga horária de 20 horas e uma palestra de 4 horas para aproximadamente 90 pessoas.

EarthWorm - Realizar treinamento em mediação de conflitos socioambientais

Realizar treinamento para 30 pessoas de diferentes setores da cadeia da Palma sobre mediação de conflitos sociais.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 18 de junho de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem destinação específica são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um. Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores.
Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o IEB goza da isenção de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o superávit apurado.

b) Ativo Circulante e Não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

c) Ativo imobilizado e intangível

Segregados por: (i) Imobilizado sem restrição, composto por bens cuja posse e propriedade pertencem ao Instituto, demonstrado ao custo deduzido da depreciação de bens, a qual é calculada pelo método linear às taxas anuais mediante a aplicação das taxas mencionadas na nota 6, e; (ii) Imobilizado com restrição, cujos bens estão sob a posse do Instituto, mas, sua aplicação está vinculada às regras contratuais do doador/financiador e cuja propriedade será definida ao final do contrato, demonstrado pelo custo de aquisição e respectiva conta redutora de igual valor.

d) Passivo Circulante e Não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

e) Patrimônio líquido

Representado pelo patrimônio social do Instituto acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

4. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Instituição mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

b) Derivativos

O Instituto não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2019 e de 2018.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração adota uma política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

Os saldos registrados no disponível são segregados por: recursos sem restrição, relacionados a valores que o Instituto pode aplicar livremente em ações previstas em seus objetivos sociais, e; recursos com restrição, cuja aplicação está vinculada a regras contratuais e orçamentárias definidas pelos doadores/financiadores.

Recursos com restrição:

Descrição	2019	2018
Bancos	2.110	1.413
Aplicações financeiras	9.646	7.618
Total	**11.756**	**9.031**

Recursos sem restrição:

Descrição	2019	2018
Caixa	17	15
Bancos	407	106
Aplicações financeiras	35	347
Total	**459**	**468**

Total Geral	**12.215**	**9.499**

6. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado sem restrição

Descrição	2019			2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	262	-217	45	57	10%
Equipamentos de informática	426	-426	-	6	20%
Móveis e utensílios	417	-402	15	22	10%
Instalações	35	-34	1	1	10%
Aplicativos para computadores (SO)	80	-79	1	11	20%
Benfeitorias em bens de terceiros	28	-26	2	-	10%
Total	**1.248**	**-1.184**	**64**	**97**	

b) Imobilizado com restrição

Descrição	2019		
	Custo	Conta redutora	Líquido
Máquinas e equipamentos	2	-2	-
Equipamentos de informática	11	-11	-
Móveis e utensílios	3	-3	-
Aplicativos para computadores (SO)	6	-6	-
Total	**22**	**-22**	**-**

c) Intangível

Descrição	2019			2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas Anuais de amortização
Aplicativos para computadores (Outros)	49	-49	-	-	20%

7. Passivo Circulante

a) Obrigações sociais e trabalhistas

Refere-se a provisões para pagamento decorrentes de obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício e contribuições à previdência social, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019	2018
Provisões para férias	177	141
Salários	84	48
Provisões para encargos sobre férias	61	48
Previdência Social	45	40
Imposto de renda retido na fonte	32	22
FGTS	13	17
ISS	7	5
PIS	2	1
Contribuições retidas na fonte	1	1
Total	**422**	**323**

b) Contas a pagar

Referem-se a obrigações que a entidade tem na liquidação financeira de gastos realizados, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo o saldo composto conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços diversos	44	65
Telefone e internet a pagar	3	3
Energia Elétrica a Pagar	2	-
Aluguel	-	7
Plano de saúde a pagar	-	1
Recursos de terceiros*	-	500
Total	**49**	**575**

(*) Este valor refere-se ao repasse do projeto de gestão dos recursos financeiros referente ao processo de indenização das famílias afetadas pelo desastre ambiental provocado pelo naufrágio do Navio Aidar, em Barcarena, Pará/PA, realizado pelo doador em duplicidade, cujo saldo foi devolvido para a conta bancária do projeto, por determinação do Ministério Público Federal, em 21/06/2019.

c) Recursos de Projetos

Referem-se aos saldos dos recursos adiantados pelos doadores no âmbito dos projetos administrados pelo IEB e que serão utilizados em períodos seguintes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
MOORE GRANT 8662	5.140	-
BNDES-FUNDO AMAZONIA	2.880	1.720
USFS MOD2-YEAR2018	629	224
RIT - SMALL GRANT	543	266
CLUA 4 - 2019_20	465	-
GIZ	383	579
NCI	277	279
USAID-RR	266	-
USAID-PNGATI	238	44
TACMPF ALUNORTE-ALUMINA NORTE DO BRASIL SA	209	-
PNUD-GATI	200	200
RIT CERRADO	184	-71
PROJETO CI-MATOPIBA	172	-
PACT	135	-
IDEFLOR-BIO	89	-
CEE-GFA	68	140
MPF-HAIDAR-BARCARENA	67	4.301
HYDRO FIB 2	26	-6
PROJETOS DIVERSOS	19	129
KFW-FUNAI-GT	10	59
PORTICUS 4 - AMAPÁ RAEFAP	1	-
CEF MULHERES MARAJOARAS	-	78
CLUA 3	-	532
MOORE GRANT AWARD 2078-04	-	382
HYDRO MAPEAMENTO	-	-24
USAID-NCI	-3	-
FUNBIO	-12	-12
Total	**11.986**	**8.820**

8. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído pelas contribuições dos seus associados, receitas financeiras do Instituto, doações, subvenções e legados, conforme previsto no Estatuto.

b) Superávit (déficit) do exercício

Refere-se somente ao superávit e/ ou déficit do ano corrente. Após aprovação pela assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

9. Receitas - Recursos de projetos com restrição

Descrição	Total
MPF HAIDAR BARCARENA	7.102
USAID-PNGATI	2.742
BNDES-FUNDO AMAZONIA	2.415
USAID-RR	1.995
USFS MOD2-YEAR2018 MOD3 MOD4	1.767
PD - PEQUENOS APOIOS	1.158
RIT-SMALL GRANT	917
PORTICUS 4 - AMAPÁ RAEFAP	795
CEPF-RIT-CERRADO	792
USAID-NCI	566
GIZ	560
CLUA 3	532
MOORE GRANT AWARD 2078-04	381
NCI	275
CEE-GFA	261
PACT	200
HYDRO MAPEAMENTO	200
MOORE GRANT 8662	182
HYDRO FIB 2	130
CI-MATOPIBA	117
CEF MULHERES MARAJOARAS	78
KFW-FUNAI-GT	49
TACMPF ALUNORTE-ALUMINA NORTE DO BRASIL SA	21
CLUA 4 - 2019_20	12
IDEFLOR-BIO	11
Total	**23.258**

10. Recursos do projeto sem restrição (*overhead*)

Descrição	Total
MPF HAIDAR BARCARENA	248
MOORE GRANT 8662	75
NCI	55
CEE-GFA	49
CI-MATOPIBA	15
Total	**442**

No orçamento do Termo de Colaboração e respectivos aditivos do projeto MPF Haidar Barcarena, foi discriminado um valor para cobrir custos operacionais do IEB, sob a denominação de *overhead*. Uma parte desse valor foi transferida da conta da CEF MPF Haidar (CEF CC 434-4) para a conta bancária institucional Belém (BRAD CC 18569-8), porém, não houve o reconhecimento da saída do *overhead* nos custos do projeto, tendo o registro sido realizado em 2019 pelo valor total das transferências ocorridas, reduzindo o saldo do projeto em R$ 212,7 mil. No ano de 2019 foram efetuados registros R$ 35,3 mil à título de *overhead*.

11. Custos e despesas operacionais com programas

11.1. Salários e benefícios

Descrição	2019	2018
13º Salário	105	88
Assistência Médica	181	208
Aviso Prévio/Indenizações	12	48
Consultoria longo prazo	3.089	2.408
Estágio	3	30
Férias	116	103
FGTS	131	155
INSS	358	347
PIS	14	14
Salários	1.167	1.195
Vale Alimentação	188	171
Vale Transporte	2	1
Total	**5.366**	**4.768**

11.2. Consultoria e serviços

Descrição	2019	2018
Honorários de serviços contratados - PF	182	261
INSS parte empresa (2100)	36	52
Serviços de Auditoria	79	52
Serviços de contabilidade	76	74
Total	**373**	**439**

11.3. Despesas com viagens

Descrição	2019	2018
Alimentação	620	711
Aluguel de veículos	153	145
Combustível	259	353
Comunicações	38	46
Hospedagem	472	521
Outras Custos com Viagens	15	10
Passagens Aéreas	1.048	1.075
Passagens Fluviais	47	74
Passagens Terrestres	10	9
Seguro Viagem	26	35
Táxi	201	202
Traslado	134	140
Total	**3.023**	**3.321**

11.4. Despesas com programas

Descrição	2019	2018
Aluguel de equipamentos para eventos	4	41
Aluguel de recinto para eventos	125	30
Aluguel de veículos	27	42
Bens adquiridos para parceiros	268	187
Bolsas individuais	29	-
Concessão de doação	8.236	7.424
Contratos - PJ	1.603	1.488
Divulgações de programas	9	8
Hospedagem e alimentação em eventos	218	173
Logística participação em eventos (transp. Alim.)	27	80
Material audiovisual para cursos e eventos	11	14
Material didático para eventos	285	81
Outras Despesas com Programas	25	64
Publicações	56	-
Repasses parceiros	2.587	2.538
Reprodução de vídeos	16	2
Serviços profissionais para eventos	49	-
Taxa administrativa (overhead projetos)	383	-
Taxas acadêmicas/registros/anuidades	7	2
Total	**13.965**	**12.174**

12. Custos e despesas operacionais administrativos

12.1. Salários e benefícios

Descrição	2019	2018
Assistência Médica	-	3
Aviso Prévio/Indenizações	-	5
Consultoria longo prazo	356	380
FGTS	7	-
INSS	-	4
Provisão de férias	85	-
Vale-alimentação	-	1
Vale-transporte	-	60
Total	**448**	**453**

13. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de viagens para seus funcionários e consultores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a

natureza de sua atividade. Não há cobertura de seguro sobre os bens do ativo imobilizado, tendo em vista a política de riscos adotada pela entidade e o montante dos bens patrimoniais.

14. Tributos e contribuições

a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit de acordo com o artigo 184 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22/11/18 e Lei nº 9.532/97.

b) PIS/COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03 e IN n° 1.911/2019.

MARIA JOSE MIRANDA CABRAL GONTIJO:16245040604 Assinado de forma digital por MARIA JOSE MIRANDA CABRAL GONTIJO:16245040604 Dados: 2020.11.23 09:44:00 -03'00'

Maria José Miranda Cabral Gontijo
Coordenadora Geral

ANDRE LUIS DE CARVALHO BITTENCOURT:25944185520 Assinado de forma digital por ANDRE LUIS DE CARVALHO BITTENCOURT:25944185520 Dados: 2020.11.23 09:09:37 -03'00'

André Luis de Carvalho Bittencourt
Contador CRC BA-0189501/O-0 “S-DF”